



DO “POR QUE PERDEMOS?” AO “O QUE FAZER?” PARA AS ESQUERDAS NA PRESENTE CONJUNTURA

Edilson José Gracioli*

Um apontamento introdutório me parece decisivo: onde está a esquerda brasileira? Seria ela exclusividade dos partidos de oposição, à esquerda, ao PT e ao PCdoB, tais como PSOL, PSTU, PCB e PCO? Estaria essa esquerda apenas em partidos políticos?

Entendo que a esquerda, como em tantos, senão todos, os processos políticos na história republicana brasileira, encontra-se dispersa (ou presente) em vários partidos (PT, PCdoB, PSOL, PCB, PCdoB, PSB, PCO e PSTU), mas também fora deles, em decorrência da falta de filiação partidária (estrito senso) de muitas lideranças de movimentos sociais, sindicalistas, intelectuais, militantes de denominações religiosas (notadamente as vinculadas ao legado da Teologia da Libertação), por exemplo.

Se se tiver em conta, na esteira do que sustentava Gramsci, que um jornal ou um grupo de jornais, uma igreja ou um grupo de igrejas, podem ser partidos políticos, no sentido de cumprirem tarefas de elaboração de novas racionalidades integrais e totalizadoras, ou seja, “... pedra-de-toque da unificação da teoria e prática”, pode haver – e, a meu ver, de fato há – movimentos e agrupamentos que encampam teses, propostas, horizontes estratégicos de esquerda, mesmo que não estruturados como partidos em sentido estrito.

Assim sendo, ao me referir às esquerdas, tenho em vista esta nota preliminar, sabendo, de antemão, que se trata de uma tese polêmica e, portanto, passível de ser rechaçada por outras perspectivas de análise política, talvez expressas neste dossiê do Blog *Marxismo21*. A esquerda é diversa, plural e exige ações de mesma amplitude.

Isto posto, o que podem fazer as esquerdas em face do processo eleitoral em curso (2014), de escolha de presidente, senadores, deputados federais, governadores e deputados estaduais?

Há os que concebem as eleições apenas, ou quase isto, como momento privilegiado para a propagação do programa e ideologia partidários, para o recrutamento de filiados e simpatizantes para o partido, cientes de que, quando muito, se poderá obter a eleição de alguns poucos parlamentares na Câmara dos Deputados ou nas Assembleias Legislativas. Com tal projeção, por vezes se trata de alavancar o

* Professor de Ciência Política e Sociologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

processo de refundação de um partido, ou de fixação de sua imagem como “distinto de tudo o que está aí”.

Embora se deva reconhecer legitimidade nesses objetivos, não é razoável esperar deles algo de significativo em termos de influência eleitoral, impacto na conjuntura, ampliação das formas diretas de participação política, para não dizer de embates de maior envergadura, como disputa pela hegemonia, construção de uma vontade coletiva ou enfrentamento de questões decisivas para uma transição para além do capital.

Outro escopo que se pode perceber em parcela dessa esquerda se relaciona à tentativa de capitalizar, política e eleitoralmente, as chamadas manifestações de junho de 2013, em geral analisadas como sinal unívoco de insatisfação popular contra os governos do PSDB/DEM e PT/PMDB/PCdoB e respectivos aliados. Algumas interpretações sobre os eixos fundamentais do que se viu no ano passado enfatizam a revolta contra a mobilidade urbana, a exigência por serviços públicos (transporte, saúde, educação) de melhor qualidade, a rebeldia do segmento jovem, relativamente qualificado, mas muito mal pago e intensamente explorado da classe trabalhadora (exposto a condições crescentemente precarizadas de trabalho), lutas territoriais e crise de representação de partidos, mas também de sindicatos¹.

Considero um equívoco se identificar – qualquer que seja a ênfase escolhida, dentre as mencionadas e mesmo outras – nessas manifestações a prova cabal de que teríamos conhecido, enfim, uma versão brasileira da “primavera árabe”² no Oriente Médio e Norte da África.

Tem sido muito comum entre segmentos das esquerdas brasileiras desconsiderar que as manifestações de junho do ano passado tiveram início com uma reivindicação, de fato, potencialmente subversiva, ou, pelo menos, progressista, pois se contrapõe à forma como espaços urbanos são configurados, serviços públicos ofertados e direitos sociais aviltados, que foi o Movimento Passe Livre. Nos primeiros dias daquelas mobilizações, elementos do sistema estatal (governos, parlamentos, judiciário, aparelho repressivo-militar) e meios de comunicação trataram apenas de criminalizar, desqualificar, reprimir e se opor ao que se viu nas ruas.

O sistema político foi posto sob forte questionamento, dado que este tem sido, por décadas, naquilo que interessa à maioria da população, moroso, refratário à participação política direta e ineficaz, embora, aqui, entendo que os últimos anos (2003

¹ Um livro que expressa emblematicamente esse leque de análises é MARICATO, Ermínia & outros, *Cidades rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

² A rigor, esta expressão faz voo raso sobre processos que não constituíram uma onda, da Tunísia ao Egito, da Líbia à Síria. Denominar dessa forma particularidades que não são “pasteurizáveis” sob diversos aspectos (como causalidades, dinâmicas e desfechos) pode até se prestar a teses que fazem apologia da tática (ocupar as ruas), fetichismo do meio de convocação (redes sociais), ou que veem nessas manifestações a porta de entrada para o socialismo, mas nem de longe permite a inteligência do que significam desdobramentos que mais se parecem com um inverno prolongado, do que com uma primavera, como no Egito.

a 2014) significaram melhoria de vida para amplos setores das classes trabalhadoras, mesmo que aquém do horizonte.

Se estas são as dimensões positivas das manifestações, e que foram, inicialmente, duramente reprimidas pelas PMs em todo o país e desqualificadas pela maior parte dos meios de comunicação social, o que se estabeleceu poucos dias após seu início foi uma mudança no tratamento dispensado por esses meios. A cobertura midiática viveu um “transformismo político”, absolutamente comprometido com dois objetivos: 1) esvaziar aquele potencial progressista, colocando em seu lugar uma palavra de ordem difusa e moralista (“combate à corrupção”); 2) capitalizar a insatisfação dos manifestantes para que sua direção política fosse desviada para horizontes golpistas contra a democracia política e em relação ao atendimento de interesses materiais das classes trabalhadoras, notadamente aos segmentos de menor renda mensal.

Nesse contexto, símbolos, palavras de ordem e práticas fascistas foram vistos nas manifestações que, sob tal aspecto, não têm nada de pacíficas, apresentando-se como grupos que precisaram se esconder por trás de máscaras, pois seus objetivos não podem vir à luz do dia, incluindo notas de clubes militares, lemas e ameaças conservadoras, intolerância e agressividade a partidos e movimentos sociais do campo de esquerda, explicitando-se, assim, uma ideologia antipartidária.

Esses grupos minoritários e golpistas, ainda que portadores do antipartidarismo aludido, são um partido, um movimento de ideias que visa se impor pela força bruta e pela supressão de liberdades e direitos políticos arduamente reconquistados pela resistência à ditadura militar³.

A digressão feita em relação ao que se deu em meados de 2013 se justifica em virtude de haver, para parte das esquerdas brasileiras, uma análise de conjuntura segundo a qual a tarefa política do momento seria dar sequência ao que, no limite, teriam representado aquelas manifestações: a classe trabalhadora teria ido às ruas para registrar sua insatisfação com PT e PSDB e, portanto, viveríamos uma guinada à esquerda na sociedade brasileira.

Não me parece ser este o cenário que se nos apresenta.

Uma política de esquerda deveria, a meu ver, começar por reconhecer que há, ainda, muito de fetichismo de Estado em suas fileiras, perdendo-se de vista que o momento ontogenético inclusive das formas políticas está dado nas lutas e disputa por hegemonia na sociedade civil. Cabe lembrar, a respeito, esta passagem de um texto de Karl Marx de 1844:

“O Estado *jamais* verá no ‘Estado e na organização da sociedade’ a razão das *mazelas sociais*, como exige o prussiano do seu rei. Onde quer que haja partidos políticos, cada um deles verá a razão de *todo e qualquer* mal no fato de seu adversário estar segurando o *timão do Estado*. Nem mesmo os políticos radicais e revolucionários procuram a razão do mal na essência do Estado, mas em uma

³ A análise aqui apresentada sobre as manifestações de junho de 2014 corresponde ao que foi veiculado pelo Manifesto do Grupo *Não usamos máscaras*, que pode ser consultado em <http://www.ipetitions.com/petition/manifesto-grupo-nao-usamos-mascaras>.

determinada forma de Estado, que querem substituir por outra forma de Estado. Do ponto de vista político, Estado e organização da sociedade não são duas coisas distintas. O Estado é a organização da sociedade. (...) Quanto mais poderoso for o Estado, ou seja, quanto mais *político* for um país, tanto menos estará inclinado a buscar no *princípio do Estado*, ou seja, na *atual organização* da sociedade, da qual o Estado é expressão ativa, autoconsciente e oficial, a razão das mazelas sociais e a compreender seu princípio *universal*. O entendimento *político* é entendimento *político* justamente porque pensa dentro dos limites da política. Quanto mais aguçado, quanto mais ativo for, tanto *menos capaz* será de compreender mazelas sociais.”⁴

As relações sociais, na sociedade burguesa, produzem uma aparência segundo a qual elas estariam separadas em relações econômicas e relações políticas. Mas isso é uma aparência. Na verdade, as relações sociais capitalistas são o momento fundante da forma econômica e da forma política⁵, e isto, para nos lembrarmos de Antonio Gramsci, em um quadro em que a sociedade civil inclui funções e espaços (aparelhos privados de hegemonia) de organização da dominação de classes exatamente pela hegemonia.

A quase inoperância dos governos do PT quanto à reforma agrária deita raízes no peso político, econômico e ideológico que possui a fração agronegocista do capital. Olhar para isso é a única possibilidade de entendermos porque a estrutura fundiária no país prossegue como um verdadeiro calcanhar de Aquiles para as esquerdas, bem como as razões para que a política econômica contempla, em larga medida, os interesses dos que vivem das vendas de commodity.

Vivemos tempos de sacralização do tecido social, com crescente influência, nesta direção, do futebol à política, das disputas eleitorais e mandatos obtidos às maneiras pelas quais a acumulação de riqueza é explicada e apresentada. Aí estão as bancadas ditas evangélicas, verdadeiros partidos em sentido amplo, a pautarem o debate político e eleitoral.

A negligência, nas esquerdas, sobre os graves e profundos resultados do sistema político em que vivemos é outro desafio enorme. Há, ou não, do ponto de vista da maioria social, relevância a uma reforma política? A fragmentação partidária (de que são expoentes a facilidade à criação de legendas de aluguel e a quantidade de agremiações partidárias), o financiamento de campanha, o caráter (facultativo ou obrigatório) do voto, o sistema de votação (voto proporcional em listas fechadas, parcial ou integralmente), devem, ou não, ser enfrentados numa reforma política, elaborada por meio de uma Constituinte exclusiva e com a possibilidade de um plebiscito popular sobre os grandes temas dessa reforma?

Nessa agenda que, em minha opinião, daria às esquerdas uma importante oportunidade para superar a atrofia de legitimidade em que se encontram, o principal

⁴ MARX, Karl, “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”, In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich, *Lutas de classes na Alemanha*, São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 38-41.

⁵ A este respeito é decisiva as contribuições de HOLLOWAY, J. & PICCIOTTO, S., *State and capital: a marxista debate*, London: Edward Arnold, 1978.

traço institucional de nosso sistema político, denominado por muitos de presidencialismo de coalizão, igualmente precisa ser enfrentado. Das alianças para as campanhas, ao exercício de mandatos à frente dos Executivos em todas as esferas, passando pela composição das equipes de governo, o presidencialismo de coalizão é um poderoso filtro institucional às possibilidades de mudanças que nutrem partidos, militantes, bases eleitorais e simpatizantes de esquerda.

Ao apontar para essa dimensão da vida política, por suposto não pretendo eximir o principal partido de esquerda no Brasil, o PT, bem como seus aliados, quanto às concessões e alianças que, em nome da busca da governabilidade, têm sido estabelecidas junto a forças políticas que, decididamente, nada possuem de compromissos nesse campo do espectro político.

Urge, entretanto, também perguntar: o que podem o eleitoralismo, a bandeira da “ética na política”, de que é ponta mais visível a ênfase no combate à corrupção, e a ilusão de que mudanças na esfera governamental produziriam transformações substantivas diante disso? Penso que praticamente nada.

As esquerdas precisam superar tanto o pragmatismo, quanto o dogmatismo, a pergunta de Gramsci: “por que perdemos, ou por que temos perdido?”. No que diz respeito ao “o que fazer?”, suas palavras de ordem ou fórmulas ossificadas devem dar lugar à capacidade renovada de disputar a hegemonia. Em outras palavras, urge retomar o “pessimismo da inteligência”, sem o qual de nada adiantará o “entusiasmo da vontade”, sínteses gramscianas para uma intervenção estratégica na correlação de forças em cada momento histórico.

Por fim, uma indicação mais pontual, que não fará sentido aos que não incluem o PT como parte das esquerdas. Mas não é a eles que me dirijo. Uma eventual vitória de Dilma não garante, em si, praticamente nada nas dimensões que aqui sustentei. Porém, vitórias de qualquer uma das duas candidaturas que apresentam maior intenção de voto, além da destinada à atual presidente, certamente representarão, cada uma de uma maneira distinta, um obstáculo a mais para as esquerdas e os setores sociais que estas pretendem representar, socialmente falando.